

[Modelo] Procuração Criminal – Ação Penal Privada [Queixa- Crime]

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 16/02/2024

Modelo de Procuração para atuação criminal em sede de Ação Penal Privada.

PROCURAÇÃO

Outorgante: [NOME COMPLETO DO CLIENTE/QUERELANTE], nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº xxxx-órgão emissor/UF, inscrito no CPF sob nº 000.000.000-00, residente e domiciliado à Rua ..., nº ..., bairro, cidade/UF;

Outorgado: ADVOGADO (A), brasileiro (a), inscrito (a) na OAB/UF sob nº XXX.XXX, com escritório profissional na Rua ..., nº ..., bairro, Cidade-UF, CEP: 00.000-000, onde o (a) outorgado (a) deverá receber quaisquer correspondências e/ou notificações referentes ao presente feito.

Poderes e fins: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante nomeia e constitui o outorgado como seu procurador para defender seus interesses perante o foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, ficando, os mesmos, investidos nos poderes para o foro em geral previsto no artigo 105 do CPC. e artigo 44 do CPP, especialmente para promover representação criminal – queixa crime em face a [NOME DO QUERELADO], noticiados no Termo Circunstanciado nº 0000/00000 (se houver), pelo crime previsto no art. xxx do Código Penal, usando de todos os recursos legais e acompanhando-a até decisão final. Confere ainda ao outorgado os poderes especiais para requerer, desistir, transacionar, conciliar, assinar termo de denúncia e conciliação, renunciar, desistir, transigir, em juízo ou fora dele, bem como substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Cidade/UF, data.

Outorgante

Observações: Por tratar-se de Ação Penal Privada, onde presume-se que a vítima de determinado ato criminoso perpetrado por outrem provoca o Juiz de Direito a julgar a matéria, as procurações devem obedecer os requisitos dispostos no artigo 44 do Código de Processo Penal, sendo:

Conceder poderes especiais para o ingresso da ação penal privada;

Constar o nome do querelante;

Constar a menção (resumida) do fato criminoso (salvo quando depender de diligências para a devida averiguação), com o apontamento à legislação infringida, de modo a referenciar individualizadamente o fato delituoso.

Ademais, parte considerável da doutrina entende que o nome do querelado deverá constar na procuração, salvo na impossibilidade de fazê-lo.

☐☐ Modelo de Procuração Criminal – Ação Penal Privada (Queixa-Crime) – Mapa Mental

☐ O que é?

- Documento jurídico que concede poderes ao advogado para representar a vítima (querelante) em todos os atos necessários à propositura e acompanhamento de ação penal privada (queixa-crime).

□ Finalidade

- ✎ Permitir que o advogado proponha, acompanhe e atue em todos os atos do processo penal privado.
- □ Garantir a defesa dos interesses da vítima em casos de crimes de ação penal privada.
- □ Formalizar os poderes do advogado para atuar judicial e extrajudicialmente em nome do cliente.

□ Estrutura da Procuração Criminal

- □ Qualificação do outorgante (vítima/querelante).
- □□ Qualificação do advogado (outorgado).
- □ Descrição dos poderes: propor queixa-crime, atuar em todas as instâncias, apresentar recursos, substabelecer, participar de audiências, requerer diligências, entre outros.
- △□ Poderes especiais para propor queixa-crime (obrigatório).
- □ Data e local.
- □□ Assinatura do outorgante (pode ser exigido reconhecimento de firma).

□□ Procedimento

- ✎ Preencher corretamente os dados das partes.
- □ Incluir poderes especiais para propor queixa-crime.
- □□ Assinar e, se necessário, reconhecer firma.

□ Importância

- □□ Garante que o advogado tenha poderes para todos os atos da ação penal privada.

- ✓☐ Evita nulidades processuais por ausência de poderes específicos.
- ☐ Dá segurança jurídica ao advogado e ao cliente.

⚠☐ Observações

- ☐ Procuração pode ser revogada a qualquer tempo.
 - ☐ Deve ser apresentada ao juízo para validade dos atos processuais.
 - ☐ Poderes especiais são exigidos para propor a queixa-crime.
-

☐ Links Úteis

- [Site Interno: Ademilson CS Advogados](#)
 - [Facebook Externo: Ademilson CS Advogados](#)
-

☐ FAQ – Modelo de Procuração Criminal para Ação Penal Privada (Queixa-Crime)

1. Para que serve essa procuração?

Para conceder poderes ao advogado para propor e acompanhar ação penal privada (queixa-crime) em nome da vítima.

2. Quem pode outorgar essa procuração?

A vítima do crime (querelante) ou seu representante legal.

3. Precisa de reconhecimento de firma?

Não é obrigatório em todos os casos, mas pode ser exigido pelo juízo para garantir autenticidade.

4. Quais poderes precisam constar na procuração?

Poderes para propor queixa-crime, atuar em juízo, apresentar recursos, substabelecer, participar de audiências, entre outros – incluindo obrigatoriamente poderes especiais para propor a ação.

5. O advogado pode propor queixa-crime sem procuração?

Não. É obrigatório que a procuração contenha poderes especiais para propor a ação penal privada.

6. Como revogar a procuração?

Por meio de um instrumento de revogação, comunicando o advogado e, se necessário, o juízo.

7. A procuração vale para todo o processo?

Sim, abrange todos os atos necessários à ação penal privada, desde a propositura até o trânsito em julgado.

8. Onde encontrar um modelo de procuração

criminal para ação penal privada?

No [site oficial Ademilson CS Advogados](#) há modelos gratuitos disponíveis.

9. Posso limitar os poderes do advogado na procuração?

Sim, é possível restringir ou detalhar os poderes, conforme a necessidade do outorgante.

10. Onde tirar dúvidas sobre esse tipo de procuração?

No [site oficial](#) ou pelo [Facebook](#).

Se precisar de modelos ou mais informações, acesse o [site oficial](#) ou acompanhe novidades no [Facebook](#)!GPT-4.1Prompt Library

Real-Time Data